



Instituto de Previdência dos  
Servidores Públicos de Cantagalo - PR

CNPJ 11.269.152/0001-00

Rua Cinderela, 379 - Sala 01 - CEP 85.160-000 - e-mail: [ipsm@cantagalo.pr.gov.br](mailto:ipsm@cantagalo.pr.gov.br) - Cantagalo-PR.

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos  
do Município de Cantagalo  
IPSM

Política Anual de Investimentos

2021

Cantagalo/PR, 14 de dezembro de 2020.



**SUMÁRIO**

1.	INTRODUÇÃO .....	3
2.	OBJETIVOS DA GESTÃO.....	3
3.	CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS .....	4
4.	CENÁRIO MACROECONÔMICO E ANÁLISE SETORIAL PARA INVESTIMENTOS.....	5
5.	META DE RENTABILIDADE PARA 2021 .....	8
6.	GESTÃO PRÓPRIA.....	9
7.	VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS .....	10
8.	LIMITES DE APLICAÇÕES POR SEGMENTOS E CLASSES DE ATIVOS .....	10
9.	ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS .....	11
10.	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	12

## 1. INTRODUÇÃO

A Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todos os processos de tomada de decisões relativas aos investimentos dos recursos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cantagalo – IPSM, aplicada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, segurança, solvência, liquidez, com os valores da ética, da transparência e do compromisso, visando promover a segurança previdenciária, constituindo reservas financeiras adequadas à manutenção dos seus benefícios.

Atendendo ao disposto na Resolução CMN nº. 3.922/10 e suas alterações pela Resolução nº. 4.392/2014 do Conselho Monetário Nacional, as disposições da Portaria nº. 519/2011, nº 170/2012 e nº 440/2013, o Comitê de Investimentos e a Diretoria Executiva do IPSM apresenta sua Política Anual de Investimentos para o exercício de 2021, que depois de submetida à aprovação pelo Conselho de Administração, será publicada.

A Política Anual de Investimentos torna-se uma ferramenta de planejamento de longo prazo, que orienta a aplicação dos recursos financeiros do IPSM, as quais serão aplicadas considerando os fatores de Risco, Segurança, Rentabilidade, Solvência, Liquidez e Transparência, buscando o equilíbrio econômico financeiro.

## 2. OBJETIVOS DA GESTÃO

A Política de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Cantagalo – IPSM tem como objetivo estabelecer as diretrizes para nortear as aplicações dos recursos do IPSM, trazendo em seu contexto principal os limites de alocação de ativos em

consonância com a legislação vigente; buscando a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, considerados a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do RPPS, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais e a liquidez adequada dos ativos, garantindo assim o pagamento dos segurados e beneficiários, levando em consideração os princípios de boa governança e transparência.

Com este instrumento, traça-se uma estratégia de investimentos em busca de gestão dos ativos com a finalidade de alcançar os índices de rentabilidade compatíveis, visando atingir e se possível superar a meta atuarial definida para o equilíbrio econômico e financeiro do exercício.

Na execução da mesma será observada sempre a adequação do perfil de risco dos seguimentos de investimento, respeitando as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez em atendimento dos compromissos atuariais; assim garantindo o efetivo pagamento dos seus aposentados e pensionistas em longo prazo.

Uma vez elaborada e aprovada, a política de investimentos oferece a possibilidade de revisão e possíveis alterações, caso haja consenso de todos os interessados como garantia de maior rentabilidade ou como forma de redução dos riscos, cumprindo assim com o objetivo e perspectivas do cenário econômico, buscando alocações mais adequadas ao perfil do IPSM e, atendendo aos requisitos da Resolução CMN nº. 3.922/2010.

### **3. CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

No cumprimento deste instrumento serão levados em consideração alguns aspectos tais como as normas que regulamentam os RPPS's, perfil de investimento e as perspectivas econômicas para o exercício de 2021.

A alocação dos recursos do IPSM será feita conforme disposto na

Portaria MPS N°. 519/2011, sendo que as Instituições Financeiras e Similares, Sociedades Corretoras, Fundo de Investimento, Gestores, Administradores, Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, interessadas em gerir os recursos deverão passar por processo de Credenciamento, cujo edital encontra-se aberto.

#### **4. CENÁRIO MACROECONÔMICO E ANÁLISE SETORIAL PARA INVESTIMENTOS**

A expectativa de retorno dos investimentos sofre influências constantes das variações que ocorrem no cenário seja ele nacional ou internacional.

Este ano as influências foram excepcionalmente devastadoras e serão lembradas por muitos anos como o período que mais trouxe incertezas em escala global, o novo corona vírus COVID-19, altamente contagioso, descoberto na China, alastrou-se pelo mundo com velocidade, a falta de informações sobre seus efeitos e, a devastação na humanidade que ele causou com seu número crescente de vítimas, levou o planeta a estado de calamidade pública e estado de emergência.

Com o avanço da pandemia, começaram as discussões a cerca do combate do vírus e a medida que mais parecia eficiente era o distanciamento social, lockdown, confinamento, quarentena. No entanto, apesar de auxiliar e controlar a disseminação do vírus, os impactos econômicos resultantes dessas medidas causadas pela paralização da economia foi a mudança completa no cenário econômico, pelo menos por alguns meses do ano e com isso a recessão e incertezas.

O PIB global em 2020 registrou queda de 4,9% e, ainda que para 2021 haja projeção de recuperação da economia de 5,4%, a conjuntura do cenário econômico resultantes dessas medidas, deve continuar a impactar a

dinâmica da economia e dos investimentos em 2020, as perspectivas são desafiadoras, aumento de desemprego, enfraquecimento de diversas áreas do setor econômico, recessão econômica, elevado grau de incertezas que permeiam a economia como um todo são inevitáveis. Com a paralização quase que completa da economia, o mercado viveu talvez pior crise em sua história até o momento.

Não bastasse a dúvida que paira sobre a previsão confiável de uma vacinação eficaz e em grande escala, o risco de uma segunda onda de infecção exige medidas de isolamento social constante e com isso a elevação do desemprego, além do impacto direto gerado pela redução na renda das famílias, gerado pelo temor e insegurança da população quanto à sua manutenção no emprego, assim a tendência é de redução no consumo das famílias e continuidade dos efeitos negativos da crise.

Além da pandemia, o contexto político brasileiro também trouxe incertezas para os mercados, com a saída dos ex-ministros da saúde Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich; ministro da educação Abraham Weintraub e do Ministro da Justiça Sergio Moro, bem como a paralisação na tramitação de reformas importantes para o país e a sinalização de que o governo pode adotar medidas com impacto negativo nas contas públicas no longo prazo.

Durante o período de crise sanitária e econômica, a prioridade passou a ser a vida e a saúde das pessoas, assim como a preservação de empregos, renda e empresas, levando o governo a estabelecer medidas emergenciais de apoio a saúde e economia, como auxílio emergencial, o que gerou custos e endividamento do estado e pior podendo elevar desconfiança dos investidores estrangeiros.

A pandemia do novo Covid-19 vem impactando negativamente o mundo todo, trazendo uma expectativa de volatilidade do mercado global. No Brasil, a pandemia interrompeu temporariamente o processo de

consolidação fiscal pelo qual passava a economia.

Como a situação econômica brasileira é altamente dependente das exportações e das relações com seus principais parceiros comerciais, o acompanhamento do cenário internacional é de suma importância para a tomada de decisão dos responsáveis pelos recursos do RPPS, pois o contexto da economia desses países podem exercer impactos na precificação de ativos tanto na renda fixa quanto na renda variável, e também a economia brasileira de maneira mais geral.

A economia brasileira acelerou o crescimento no terceiro trimestre, surpreendendo a maioria das previsões, o consumo das famílias foi o principal determinante dessa aceleração, enquanto o investimento manteve ritmo firme de expansão. Em outubro, teve continuidade o crescimento embora em novembro tenha mostrado recuo na indústria, influenciada pela queda na produção do setor automobilístico.

Nos EUA a reabertura das fábricas conseguiu recuperar do declínio recorde de abril, mas registra no segundo trimestre de 2020 uma queda de 42,6%, em relação ao mesmo período do ano passado, o país registra queda na taxa de desemprego.

Na China, a produção industrial já voltou a crescer em abril e maio comparado a quando sofreu fortes quedas provocadas pelo início da pandemia em janeiro e em fevereiro, porém as vendas do comércio, ainda apresentam taxas negativas indicando a possível presença de restrições à mobilidade e o impacto da perda de renda dos consumidores, aliado a uma maior cautela diante das incertezas que permanecem.

No Japão, foi revelado que o PMI industrial caiu a 49,6 pontos em maio, diante 50,2 pontos em abril. Mas o presidente do banco central local – BoJ, declarou que estão prontos para injetar 1,7 trilhões de ienes, em empréstimos à empresas atingidas a fins de amortecer o impacto da

pandemia

A economia europeia a necessidade de medidas de contenção contra o Covid-19, fechamento voluntário da economia que funcionou entre 25% a 30% abaixo de sua capacidade durante o período mais rigoroso do confinamento gerou a pior contração desde a Segunda Guerra Mundial.

De maneira geral as medidas contínuas de distanciamento social são tidas como necessárias até que se tenha uma vacina seguramente eficaz. As medidas de política fiscal e monetária adotadas pelos países tem preocupação em apoiar a recuperação e evitar falências em grande escala de todos os setores da economia, para evitar assim ainda mais perdas de emprego em todos os Estados.

As eleições dos EUA tiveram impactos positivos com a esperada vitória de Joe Biden, pelo mercado financeiro. Biden terá um governo muito mais previsível e conciliador, o que tira o peso das turbulências sobre o comércio mundial, os países emergentes podem sair ainda mais favorecidos.

Apesar de todas as incertezas em relação à dinâmica da Covid-19, a proximidade de uma vacina, impulsiona os mercados, mesmo com as incertezas quanto a logística e dinâmica de vacinação e imunização não ser destinada a toda a massa, a vacina contra Covid-19 anima mercados com perspectiva de melhora da economia.

## 5. META DE RENTABILIDADE PARA 2021

A Portaria MF nº 464/18 e a Portaria MF nº 17/19 determinaram uma nova forma de auferir a meta atuarial a ser buscada pelos investimentos e utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos

de benefícios e contribuições do RPPS.

Assim, o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cantagalo PR, no exercício de 2021, a taxa de juros parâmetro de que trata o art. 3º da Instrução Normativa SPREV nº 02, de 21 de dezembro de 2018, será aplicada a Estrutura de Taxa de Juros Média disposta no Anexo da Portaria nº 12.223 de 14 de maio de 2020, na qual a avaliação atuarial de 2021, com data focal em 31 de dezembro de 2020, conforme previsto no inciso II, do art. 26 e art. 79 da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, será de 5,38% a.a., em virtude de análise da pontuação atingida de acordo com o fluxo atuarial.

Portanto, a meta atuarial a ser perseguida pelo RPPS em 2021 será de 5,38%, acrescida da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

## 6. GESTÃO PRÓPRIA

A gestão dos recursos do IPSM será de total responsabilidade dos profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, de acordo com o Artigo 3º, § 5º, Inciso II da Portaria MPS nº. 440/13 será própria, ou seja, o RPPS realizará diretamente a execução de sua política de investimentos decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitados os parâmetros da legislação.

Será feita periódica análise dos investimentos comparando-os com a meta atuarial estabelecida, visando identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória, ou inadequação ao cenário econômico, possíveis indicações de solicitação de resgate. Na ocorrência de mudanças significativas na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, seus procedimentos serão alterados

gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos.

## 7. VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A vigência desta política compreende o período entre 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Havendo mudanças significativas no cenário econômico em que se julguem necessárias alterações na Política de Investimentos, o Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva, têm autonomia para propor revisão e alteração no decorrer do exercício.

## 8. LIMITES DE APLICAÇÕES POR SEGMENTOS E CLASSES DE ATIVOS

Na aplicação dos recursos no exercício de 2021, deverão ser observados os limites estabelecidos neste dispositivo, consoante ao disposto na Resolução CMN nº. 3.922/10 e Resolução nº. 4.604, de 19 de outubro de 2017:

Estratégia de Alocação - Política de Investimentos			
Tipo do Ativo	Limite inferior %	Estratégia Alvo %	Limite Superior %
FI 100% Títulos TN	0%	88%	100%
FI Renda Fixa	0%	10%	40%
FI Renda Variável FI de Ações - Índice c/ mínimo 50 ações - Art. 8º, I, a	0%	1%	5%
FI Renda Variável ERF - Índice de Ações (c/ mínimo 50) - Art. 8º, I, b	0%	1%	5%

A manutenção da Selic em patamares historicamente baixos dificulta

a obtenção da Meta Atuarial com um portfólio alocado de maneira mais conservadora, para alcançar uma rentabilidade melhor, será necessário diversificar a carteira e elevar a proporção de recursos alocados em investimentos de maior risco.

O risco de uma nova onda de contaminações de COVID-19 torna lenta recuperação para setores específicos e a sensibilidade da bolsa brasileira à conjuntura política.

De uma maneira geral o cenário econômico continua muito instável podendo ser favorável para a renda variável, no entanto, que a alocação de um elevado percentual dos ativos pode gerar uma exposição excessiva a riscos, tendo como consequência uma grande elevação na volatilidade da carteira, portanto dá-se abertura nessa política de investimentos para possibilidade de entrada no mercado de renda variável quando a situação parecer mais segura.

## 9. ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

As alocações objetivadas nesta política de investimentos são dadas por percentuais que buscam maximizar o retorno e manter o equilíbrio financeiro em longo prazo, observando as características do fluxo atuarial.

Este instrumento estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros obedecendo aos limites e as normas reguladoras aos investimentos do RPPS, avaliando as aplicações e não se expondo a altos níveis de risco, mas também, buscando rentabilidade para os ativos de sua carteira.

A fim de cumprir com seu objetivo de rentabilidade, aproveitando da melhor maneira as oportunidades existentes no mercado financeiro, a alocação dos investimentos será mantida de forma direta (via títulos

públicos ou operações compromissadas) ou de forma indireta quando estes forem feitos via fundos de investimentos.

A política de investimentos é uma ferramenta de auxílio ao comitê de Investimento, na busca por produtos cujo retorno projetado é compatível com a meta atuarial, com riscos adequados ao perfil do RPPS.

A gestão desta política de investimentos respeitará para a tomada de decisões sobre os investimentos e desinvestimentos, dentre as diferentes classes de ativos. Serão consideradas as expectativas de rentabilidade e os riscos associados aos produtos evidenciando-se as possibilidades de retorno.

Serão considerados para efeitos de realocação aqueles com melhores perspectivas de Mercado ou adequação a Legislação e Política de Investimentos, buscando um retorno de rentabilidade equivalente à meta atuarial, respeitando-se todos os limites, condições e vedações estabelecidas pela Resolução do CMN N° 3.922 de 2010 ou por outra legislação que venha a complementá-la ou substituí-la, procurando-se sempre maximizar a rentabilidade dentro do mesmo nível de risco.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

Para execução desta Política Anual de Investimentos e cumprimento da legislação em vigor, considerando o atual cenário econômico, o IPSM opta por uma gestão com perfil conservador, o que significa não se expor a alto nível de risco, mas buscar garantir ou superar a meta atuarial e obter melhor rentabilidade dentro dos investimentos selecionados.

Para isso será feito o monitoramento da carteira de investimentos, levando como critério de desempenho de rentabilidade, acompanhado pelos relatórios mensais, trimestrais e anuais e reuniões periódicas do Comitê de

Investimento.

Cantagalo/PR, 14 de dezembro de 2020.

  
Silvestre Kelnar – Diretor Contábil do IPSM, Presidente Comitê de Investimentos – CPA-10 07/11/2021  
Eliana Reolon Brandelero - Diretora Presidente do IPSM, Membro Comitê de Investimentos – CPA-10 18/06/2021  
Susana Aparecida Borelli – Diretora Financeira do IPSM, Membro Comitê de Investimentos – CPA-10 16/11/2023

Política Anual de Investimentos Exercício de 2021	Aprovada em: 15/12/2020
--	----------------------------